



PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Aquisição de Postaletes para informação ao público nas paragens de transportes públicos

Concurso Público com publicidade internacional

CPV 34928440-4 Postes para paragens de autocarros

Penafiel, julho de 2025

ÍNDICE

Artigo 1.º – Identificação do procedimento e do objeto do procedimento	3
Artigo 2.º – Fundamentação da escolha do procedimento	3
Artigo 3.º – Entidade adjudicante	3
Artigo 4.º – Órgão(s) que tomou(aram) a decisão de contratar	3
Artigo 5.º – Plataforma eletrónica	4
Artigo 6.º – Consulta e fornecimento das peças de procedimento	4
Artigo 7.º – Esclarecimento e retificações	4
Artigo 8.º – Proposta e seus elementos	5
Artigo 9.º – Modo de apresentação das propostas	5
Artigo 10.º – Documentos da proposta	6
Artigo 11.º – Acesso às propostas dos outros concorrentes e confidencialidade	7
Artigo 12.º – Propostas variantes e negociação	8
Artigo 13.º – Idioma dos documentos que constituem a proposta	8
Artigo 14.º – Prazo para apresentação das propostas	8
Artigo 15.º – Prazo de manutenção das propostas	8
Artigo 16.º – Preço base	9
Artigo 17.º – Preço anormalmente baixo	9
Artigo 18.º – Critério de adjudicação	9
Artigo 19.º – Análise das propostas e relatório preliminar	10
Artigo 20.º – Audiência prévia	10
Artigo 21.º – Relatório final	10
Artigo 22.º – Adjudicação	10
Artigo 23.º – Notificação da decisão de adjudicação	10
Artigo 24.º – Causas de não adjudicação	10
Artigo 25.º – Documentos de habilitação	11
Artigo 26.º – Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto	12
Artigo 27.º – Caducidade da adjudicação	12
Artigo 28.º – Caução	12
Artigo 29.º – Redução a escrito do contrato	12
Artigo 30.º – Aprovação e notificação da minuta do contrato	13
Artigo 31.º – Formalização do contrato	13
Artigo 32.º – Encargos dos concorrentes e do adjudicatário	14
Artigo 33.º – Consulta Preliminar	14
Artigo 34.º – Sigilo	14
Artigo 35.º – Legislação aplicável	14
Artigo 36.º – Contagem dos prazos	14

Artigo 1.º – Identificação do procedimento e do objeto do procedimento

1. O presente procedimento tem por objeto a Aquisição de Postaletes para informação ao público nas paragens de transportes públicos
2. Concurso Público n.º CPI/1/2025/CIMTS.
3. O presente procedimento segue a tramitação do concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos dos artigos 130.º a 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
4. O presente procedimento encontra-se desagregado em 4 lotes, designadamente:
 - a. **Lote 1** – área geográfica dos Municípios de Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende;
 - b. **Lote 2** – área geográfica do Município de Penafiel;
 - c. **Lote 3** – área geográfica dos Municípios da Lousada e Paços de Ferreira;
 - d. **Lote 4** – área geográfica dos Municípios de Celorico de Basto e Felgueiras;
5. A entidade adjudicante poderá, ao abrigo do disposto no n.º 5, do artigo 46º-A do Código dos Contratos Públicos, adjudicar uma proposta que combine a totalidade dos lotes 1 a 4 (doravante designado por Lote Combinado A), podendo celebrar contrato para qualquer uma das hipóteses de combinação previstas.

Artigo 2.º –Fundamentação da escolha do procedimento

Critério do valor definido na alínea a), n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Artigo 3.º – Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM do Tâmega e Sousa), com sede na Avenida José Júlio, 42, 4560-547 Penafiel.

Artigo 4.º – Órgão(s) que tomou(aram) a decisão de contratar

A decisão de contratar que deu início ao procedimento foi tomada por despacho do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIM do Tâmega e Sousa datado de 08/07/2025, e nos termos da informação n.º 600/2025 – SigmaDoc.

Artigo 5.º – Plataforma eletrónica

1. O procedimento decorre integralmente na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, e a participação no concurso depende de prévia inscrição na mesma, disponível no endereço www.acingov.pt.
2. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. O acesso à plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta, o download das peças do procedimento, e apresentar propostas, para além dos demais atos previstos na lei.

Artigo 6.º – Consulta e fornecimento das peças de procedimento

1. As peças do presente procedimento são o programa de procedimento, o caderno de encargos e o anúncio.
2. As peças do procedimento serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública identificada no artigo anterior, desde o dia da publicação do Anúncio no Diário da República e até ao termo do prazo para a apresentação de propostas.
3. Os potenciais interessados no procedimento apenas adquirem essa posição, nomeadamente para efeitos de comunicações e notificações relativas à fase de formação do contrato, após terem efetuado o respetivo registo na plataforma eletrónica.

Artigo 7.º – Esclarecimento e retificações

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri do procedimento, devendo os mesmos ser solicitados, por escrito, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica identificada no artigo 5.º.
2. Os esclarecimentos são prestados, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, nos termos e no prazo previsto no número anterior.
4. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores são disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação identificada no artigo 4.º e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, fazendo parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

5. Quando as retificações ou esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
6. Sem prejuízo do referido no número anterior quando as retificações referidas, independentemente do momento da sua comunicação, ou a aceitação de erros e omissões do caderno de encargos, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros e omissões.
7. A pedido fundamentado de qualquer interessado, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
8. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, devendo ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões.
9. Em casos devidamente fundamentados, poderá o júri praticar os atos que se refere o presente artigo, devendo os mesmos ser objeto de ratificação pelo órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo 8.º – Proposta e seus elementos

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente programa de procedimento, caderno de encargos e demais documentos anexos.
3. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes legais que, nesse caso, deverão apresentar um documento oficial que lhes confira tais poderes.

Artigo 9.º – Modo de apresentação das propostas

1. A proposta, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

2. No caso em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
3. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da Lei n.º 96/2015, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação, bem como, preencher o formulário principal.
4. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade contratante o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.
5. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os membros ou respetivos representantes.
6. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica, pode a entidade contratante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.
7. O preço da proposta será expresso em Euros, por extenso e algarismos, e não incluirá IVA. Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.
8. Não é admissível a apresentação de propostas variantes e as propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 10.º – Documentos da proposta

1. Sob pena de exclusão, a proposta, na definição que lhe é dada pelo artigo 56.º do CCP, deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) A Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, conforme modelo constante do Anexo I ao presente programa de procedimento;
 - b) O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP).
 - c) Proposta de preço expresso em numerário e por extenso, que terá de ser inferior ao preço base definido no artigo 15.º do presente programa de procedimento, sob pena de exclusão da proposta.

- d) Memória Descritiva com descrição no mínimo tão completa quanto as especificações que constam das cláusulas técnicas do caderno de encargos;
 - e) Modelo de declaração de aceitação de arbitragem institucionalizada, de acordo com o modelo constante do Anexo III ao presente programa de procedimento;
 - f) Modelo de identificação de concorrente, de acordo com o modelo constante do Anexo IV ao presente programa de procedimento;
 - g) Catálogo(s) original(is) do(s) fabricante(s), que pode(m) ser complementado(s) com fichas técnicas ou outros documentos complementares, onde constem as características dos equipamentos propostos;
 - h) Outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
 - i) Certidão permanente, se aplicável.
 - j) Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, com exceção da documentação técnica dos bens a fornecer (certificados e referências e similares) que poderão ser apresentados, excecionalmente, em língua estrangeira.
2. No caso de agrupamentos:
- a) Instrumentos de mandatos a favor do representante do agrupamento emitidos por cada um dos seus membros, nos termos previstos no n.º 5, do artigo 57.º do CCP.
 - b) Declaração de intenção de associação jurídica, em regime de responsabilidade solidária passiva, na modalidade jurídica de consórcio externo, subscrita por todas as entidades que integram o agrupamento.
 - c) Declaração de todos os membros de responsabilidade individual e solidária perante a entidade adjudicante pela proposta apresentada e, bem assim, pela sua manutenção, subscrita por todas as entidades que integram o agrupamento.

Artigo 11.º – Acesso às propostas dos outros concorrentes e confidencialidade

1. Por motivos de segredo comercial, industrial, ou outro legalmente atendível, os concorrentes podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.
2. A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a proposta deve ser notificada aos interessados, pelo Júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, aplicando-se os demais termos previstos no artigo 66.º do CCP.

Artigo 12.º – Propostas variantes e negociação

Não é admissível a apresentação de propostas variantes e as propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 13.º – Idioma dos documentos que constituem a proposta

A Proposta e os documentos que a constituem são obrigatória e exclusivamente redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Artigo 14.º – Prazo para apresentação das propostas

1. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados diretamente pelos concorrentes ou seus representantes, através da plataforma eletrónica, até às 17h00 do 30.º (trigésimo) dia contado da data do envio do anúncio para publicação.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida no n.º 1 do presente artigo.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.
5. As propostas e os documentos que a instruem serão apresentados através da plataforma eletrónica em uso nesta entidade: www.acingov.pt
6. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

Artigo 15.º – Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes obrigam-se a manter as suas propostas durante o prazo mínimo de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 16.º – Preço base

1. O preço base para efeitos do presente procedimento é de 716.551,82 € (setecentos e dezasseis mil quinhentos e cinquenta e um euros e oitenta e dois cêntimos), enquanto montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
2. O valor base está desagregado, por Lotes, da seguinte forma:
 - a. Lote 1 – 305.180,62 € (trezentos e cinco mil cento e oitenta euros e sessenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - b. Lote 2 – 141.332,32 € (cento e quarenta e um mil trezentos e trinta e dois euros e trinta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - c. Lote 3 – 154.529,50 € (cento e cinquenta e quatro mil quinhentos e vinte e nove euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - d. Lote 4 – 115.509,38 € (cento e quinze mil quinhentos e nove euros e trinta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Artigo 17.º – Preço anormalmente baixo

A entidade adjudicante opta por não definir qualquer limiar para determinação automática do preço anormalmente baixo, reservando-se para depois de conhecer o conteúdo da proposta, se pronunciar, na circunstância da mesma apresentar um preço anormalmente baixo, caso em que será solicitado ao concorrente os esclarecimentos relativos aos elementos constitutivos do preço proposto e considerados relevantes.

Artigo 18.º – Critério de adjudicação

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade monofator, nos termos do n.º 1, alínea b), do artigo 74.º do CCP, considerando o preço como único aspeto da execução do contrato a submeter à concorrência.
2. Em caso de empate, será seguido o critério abaixo indicado:
 - a) Sorteio entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes moldes:
 - i. O Júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas submetidas ao sorteio com uma antecedência mínima de três dias, da data, da hora e do local da sua realização;
 - ii. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
 - iii. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração pelo Presidente do Júri, ou nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efetivo;
 - iv. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada.

Artigo 19.º – Análise das propostas e relatório preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar de análise das propostas.

Artigo 20.º – Audiência prévia

1. Elaborado o relatório preliminar, o Júri do procedimento envia-o a todos os concorrentes ao abrigo do direito de audiência prévia para, querendo, se pronunciarem por escrito através da plataforma, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
2. Em simultâneo serão disponibilizados a todos os concorrentes as informações e comunicações de qualquer natureza que estes tenham prestado, bem como as versões finais integrais das propostas apresentadas.

Artigo 21.º – Relatório final

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri do procedimento elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

Artigo 22.º – Adjudicação

A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas.

Artigo 23.º – Notificação da decisão de adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos no presente programa de procedimento e nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP;
3. As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Artigo 24.º – Causas de não adjudicação

1. Não haverá lugar a adjudicação, extinguindo-se o procedimento, quando:
 - a) Nenhum candidato se haja apresentado ou nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Todas as candidaturas ou todas as propostas tenham sido excluídas;

- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento, circunstâncias em que é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.
 - d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, será notificada a todos os concorrentes.

Artigo 25.º – Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve submeter na plataforma eletrónica, no prazo 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao presente programa de procedimento e do qual faz parte integrante;
 - b) Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do art.º 55.º do CCP.
 - c) Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP.
 - d) Certificado de registo criminal, ou documento equivalente, do próprio no caso de pessoas em nome individual, ou dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções e da própria pessoa coletiva, no caso de entidades coletivas, como previsto na alínea b) e h) do art.º 55.º e do art.º 83.º-A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina “Contratação Pública”.
 - e) Cópia da certidão do registo comercial ou o código de acesso à certidão permanente, ou da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial, se aplicável.
 - f) Apresentação de um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se o adjudicatário for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei.
2. Os documentos de habilitação devem ser apresentados em formato digital, através da plataforma eletrónica.
3. Na eventualidade de serem detetadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados, será concedido um prazo de 2 (dois) dias para a respetiva supressão.

Artigo 26.º – Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto

1. Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá apresentar documento comprovativo de registo no RCBE, ou o respetivo código de acesso.
2. Tendo em atenção o disposto no n.º 1, b) do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.
3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de **5 dias** para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP.

Artigo 27.º – Caducidade da adjudicação

A adjudicação caduca nomeadamente se:

- a) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 86.º e no artigo 87.º, todos do CCP;
- b) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não assinar o contrato, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 105.º do CCP;

Artigo 28.º – Caução

1. O adjudicatário será notificado da adjudicação e do valor da caução, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de **10 dias**, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo, com o disposto no n.º 2, alínea b) do artigo 77.º e no artigo 91.º do CCP.
2. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a 5% do preço total do contrato, deve ser prestada:
 - a. Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade que for indicada pela CIM do Tâmega e Sousa nos termos do modelo constante do **Anexo V** ao presente programa do procedimento, que dele faz parte integrante;

- b. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes do **Anexo VI** ou do **Anexo VII**, respetivamente, ao presente programa do procedimento, que dele fazem parte integrante.
- 3. Não é exigida a prestação de caução desde que o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do CCP.
- 4. O disposto nos números anteriores é aplicável se o preço contratual for igual ou superior a 500.000,00 €

Artigo 29.º – Redução a escrito do contrato

- 1. O contrato a celebrar com o fornecedor selecionado será reduzido a escrito, no qual serão fixados os termos do contrato a celebrar.
- 2. Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

Artigo 30.º – Aprovação e notificação da minuta do contrato

- 1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar e notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 22.º do presente programa de procedimento.
- 2. A minuta do contrato será notificada ao adjudicatário nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 100.º do CCP.

Artigo 31.º – Formalização do contrato

- 1. Depois de aprovada e notificada ao adjudicatário a minuta do contrato a celebrar, considera-se esta aceite quando haja declaração expressa nesse sentido ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
- 2. O contrato será assinado eletronicamente, com recurso a assinatura digital qualificada, na competente plataforma de compras públicas.

Artigo 32.º – Encargos dos concorrentes e do adjudicatário

1. Constituem encargo dos concorrentes as despesas com a elaboração das respetivas propostas.
2. As despesas e encargos decorrentes da celebração do contrato são por conta do adjudicatário.

Artigo 33.º – Consulta Preliminar

1. A abertura do procedimento de formação de contrato público foi precedida de consulta preliminar ao mercado prevista no artigo 35.º-A do CCP.
2. Os concorrentes podem, nos termos do disposto no art.º 35.º-A n.º 4 do CCP, requerer o acesso à informação pertinente prestada por algum dos candidatos, concorrentes ou empresas associadas a estes em sede de consulta preliminar.
3. A consulta referida no número anterior só poderá ocorrer após terminado o prazo de apresentação de propostas.
4. Para cumprimento do previsto no número anterior, os candidatos ou concorrentes deverão apresentar requerimento através do canal “Outras Comunicações”, disponível na plataforma eletrónica de contratação em uso nesta entidade (www.acingov.pt).
5. Nos termos da lei, não serão disponibilizados documentos que estejam protegidos por segredo comercial ou industrial, ou sobre a vida interna de uma empresa.

Artigo 34.º – Sigilo

Os concorrentes obrigam-se a garantir o sigilo, quer por si ou seus trabalhadores, quer por seus contratados, quanto a informações, documentos ou dados que venham a ter conhecimento ou acesso no âmbito do presente procedimento, mantendo-se tal obrigação mesmo após o seu termo.

Artigo 35.º – Legislação aplicável

Em tudo o que se revelar omissão no presente programa de procedimento, observar-se-á o disposto no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor.

Artigo 36.º – Contagem dos prazos

Todos os prazos previstos no presente programa de procedimento contam-se, nos termos do disposto no artigo 470.º do CCP, em dias úteis, com exceção do prazo de apresentação de propostas que se conta em dias seguidos.

Anexos:

1. Anexo I – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1, do art.º 57.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Código dos Contratos Públicos;
2. Anexo II – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Código dos Contratos Públicos;
3. Anexo III – Modelo de declaração de aceitação de arbitragem institucionalizada;
4. Anexo IV – Modelo de identificação de concorrente;
5. Anexo V – Modelo de Guia de Depósito em Dinheiro;
6. Anexo VI – Modelo de Garantia Bancária;
7. Anexo VII – Modelo de Seguro-Caução;